



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a respeito da sua declaração afirmando que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva estaria em “guerra” contra as big techs para “salvar a humanidade”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quanto a sua declaração afirmando que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva estaria em “guerra” contra as big techs para “salvar a humanidade”.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informação, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) Em sua declaração, o Senhor menciona que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva estaria em “guerra” contra as big techs para “salvar a humanidade”. Considerando que essas empresas têm um papel central na disseminação de informações e na liberdade de expressão, como o governo pretende conciliar essa “guerra” com os direitos fundamentais de liberdade de imprensa e o pluralismo de ideias, que são pilares da democracia?
- 2) A estratégia de qualificar informações ou opiniões contrárias ao governo como “fake news”, “desinformação” ou “ataques





à democracia" não pode ser vista como uma tentativa de cercear o debate público e as críticas legítimas? Como o governo garante que esse tipo de estigmatização não seja utilizado para silenciar opositores e enfraquecer a liberdade de expressão?

- 3) O governo possui critérios claros e transparentes sobre como definir o que é "fake news" ou "desinformação"? Como é possível garantir que essas classificações não sejam utilizadas de maneira arbitrária ou partidária, apenas para desqualificar fatos que sejam desfavoráveis ao presidente ou ao Partido dos Trabalhadores (PT)?
- 4) O Senhor considera que a abordagem de rotular informações desfavoráveis ao governo como ataques à democracia pode, na verdade, enfraquecer as instituições democráticas, ao promover um ambiente de censura e repressão ao direito de discordar? Quais mecanismos o governo tem para assegurar que o espaço para a crítica pública e o debate plural não seja suprimido?
- 5) Não há o risco de, ao adotar essa postura agressiva em relação às plataformas digitais e à regulação das big techs, o governo criar um precedente perigoso de controle excessivo sobre o fluxo de informações e opiniões?
- 6) Como o governo planeja garantir que sua estratégia de combate à desinformação não acabe por restringir a liberdade de expressão e a livre circulação de ideias?
- 7) Qual é a distinção clara entre desinformação, opinião divergente e críticas legítimas ao governo?





- 8) O Senhor acredita que o governo deve ter o poder de decidir o que é considerado "factual" e o que é "falso" ou "perigoso", mesmo quando as informações são verídicas e não comprometem a segurança nacional ou a ordem pública?
- 9) Como o governo garante que uma possível regulação de plataformas digitais, no contexto dessa "guerra" contra as big techs, não acabe resultando em uma maior concentração de poder nas mãos do Estado, com o risco de uso indevido das ferramentas de censura para silenciar adversários políticos e críticos do governo?
- 10) O Senhor reconhece que a polarização e a estigmatização de opiniões contrárias podem criar um ambiente de desconfiança generalizada na sociedade, dificultando o diálogo e a construção de consenso?
- 11) Quais medidas o governo está adotando para promover a união e o entendimento, em vez de intensificar divisões e rancores?
- 12) Ao afirmar que a luta contra as big techs é uma "guerra" para "salvar a humanidade", o governo não corre o risco de exagerar a gravidade da situação e criar um clima de tensão desnecessário?
- 13) Como o governo pretende administrar os riscos de uma narrativa beligerante que pode gerar mais insegurança do que soluções concretas para a desinformação?
- 14) O Senhor acredita que uma possível regulação das big techs no Brasil deve ser realizada de maneira isolada ou seria mais eficiente promover um diálogo internacional sobre o tema, considerando o impacto global dessas empresas e a





necessidade de uma abordagem mais coordenada para resolver questões como privacidade, segurança de dados e combate à desinformação?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entenda como pertinentes, sobre a forma como a estratégia de "guerra" contra as big techs e a estigmatização de informações pode impactar a liberdade de expressão, a democracia e a pluralidade de ideias no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A recente declaração do Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sobre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva estar em uma "guerra" contra as grandes empresas de tecnologia, as chamadas big techs, para "salvar a humanidade", desperta sérias preocupações em diversos níveis.

Embora o discurso tenha sido talvez impulsionado por uma visão crítica das práticas dessas gigantes da tecnologia, é necessário refletir sobre as implicações de tal retórica e os riscos envolvidos em uma postura beligerante em relação a empresas que, por sua magnitude e influência, têm um papel central na economia global, na inovação e na sociedade.

De acordo com notícias¹, o jornal Estado de S. Paulo criticou duramente o discurso do novo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, que declarou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estaria em "guerra" contra as big techs para "salvar a humanidade". Segundo o jornal, essa retórica reflete uma tentativa de criar um inimigo externo

¹ <https://www.folhadestra.com/lula-declara-guerra-as-big-techs-para-salvar-a-humanidade-diz-editorial-do-estado/>





com o objetivo de desviar o foco de questões internas, como inflação, problemas fiscais e dificuldades políticas.

O editorial descreve a postura do governo como parte de um *"manual do populismo autoritário"*. Para o Estadão, essa estratégia consiste em estigmatizar como *"fake news"*, *"desinformação"* ou *"ataques à democracia"* qualquer informação ou opinião que desagrade ao presidente Lula ou ao PT.

Ainda, a reportagem expõe que Palmeira, em seu discurso de posse, afirmou que *"a mentira nos ambientes digitais fomentada pela extrema direita cria uma cortina de fumaça na vida real, manipula pessoas inocentes e ameaça a humanidade"*. Para o jornal, esse tipo de narrativa é uma forma de consolidar a imagem de Lula como o líder natural de uma *"resistência"* contra o que é descrito como um *"mal existencial"* causado pelas big techs. *"Eis aí o lulopetismo em estado puro"*, pontua o Estadão. *"Para essa turma, 'embate político' no ambiente digital significa estigmatizar tudo o que desagrade a Lula, ao governo e ao PT como 'fake news', 'desinformação' e, no limite, 'ataque à democracia', o que beira o ridículo."*

Ressalta-se, que, primeiramente, uma "guerra" entre o governo e as big techs pode resultar em um ambiente de maior polarização e confronto que afete não apenas as empresas, mas também o próprio desenvolvimento tecnológico e a competitividade do Brasil no cenário internacional. As big techs têm sido agentes fundamentais na transformação digital global e, por mais que suas práticas possam merecer críticas, um confronto aberto pode afetar negativamente as perspectivas do país em áreas como inovação, educação, pesquisa e desenvolvimento.

Além disso, é importante ressaltar que o discurso de "salvar a humanidade" é altamente complexo e precisa ser acompanhado de medidas claras e concretas. Falar em proteger a humanidade sem detalhar como isso será feito e quais serão os mecanismos de controle, coloca em risco o próprio entendimento de governança democrática. O papel do governo não é travar uma





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

guerra contra as empresas, mas sim assegurar um ambiente equilibrado, onde os direitos dos cidadãos sejam protegidos sem sufocar o potencial de inovação que essas empresas representam.

Por fim, é preciso lembrar que a complexidade do papel das big techs na sociedade contemporânea exige uma abordagem mais cuidadosa e articulada. Essas empresas não atuam de forma isolada; estão profundamente integradas aos processos econômicos e sociais em todo o mundo, com impacto direto em áreas como educação, saúde, segurança pública e direitos humanos.

Portanto, em vez de uma retórica de guerra, o Brasil precisa de um debate amplo e qualificado, sem perder de vista o dinamismo do mercado e as oportunidades de desenvolvimento que a tecnologia oferece.

Diante desse cenário, a retórica beligerante do Ministro, se não for cuidadosamente repensada, pode resultar em uma atmosfera de desconfiança e incerteza, afetando tanto o mercado interno quanto a imagem do Brasil perante a comunidade internacional. A sociedade precisa de garantias de que a regulação das big techs será feita de maneira justa, transparente e orientada para o bem-estar coletivo, sem que haja rupturas precipitadas que possam prejudicar o futuro do país.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

